

“Capital Financeiro e Capitalismo Contemporâneo: qual a relação?”

Eleutério F. S. Prado

Como o título escolhido para o seminário já indica, no meio da esquerda intelectual circulam hoje muitas teses sobre a relação entre capital financeiro e capitalismo contemporâneo.

Mesmo se não se pode pretender que venha a existir amplo consenso ou mesmo grande convergência sobre a matéria, é preciso fazer um esforço de demarcação para que fiquem claras quais são as divergências em pauta.

Sem poder fazer extenso balanço da literatura, mas com o objetivo de alcançar melhor definição na compreensão do tema, valho-me aqui, inicialmente, da tese central de David Harvey encontrada em seu livro, *Uma breve história do neoliberalismo*, para fazer uma contraposição que julgo importante.

Para apreender o neoliberalismo, o capitalismo contemporâneo e o papel aí ocupado pelo capital financeiro deve-se começar pelas classes ou se deve partir do próprio auto-movimento da relação de capital? A primeira alternativa consiste num exercício de sociologia histórica, enquanto que a segunda configura-se como abordagem que procurar seguir a lógica de exposição de *O Capital*, de Marx.

Para maior clareza, explico logo de início que posso concordar com o modo pelo qual esse autor apresenta essa concepção econômica e política contemporânea, mas discordo do modo pelo qual explica o seu aparecimento assim como fornece o seu fundamento histórico.

Harvey começa pela manifestação mais evidente dessa ideologia política. Caracteriza, então, “o neoliberalismo, em primeiro lugar, como concepção sobre práticas de política econômica, a qual propõe ser o bem-estar humano melhor promovido por meio da liberação das capacidades individuais de empreendimento num arcabouço institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre comércio.”

Num segundo momento ele questiona a natureza dessa ideologia. Afirma, então, que se trata “de uma ética que substitui muitas crenças do mesmo gênero previamente existentes e que se julga capaz de guiar todas as ações humanas, enfatizando a significância das relações contratuais inerentes ao mercado.”

Ora, essa apreciação do neoliberalismo mostra-se superficial. O neoliberalismo para ser bem entendido tem de ser distinguido do liberalismo. O liberalismo clássico compreendia o sistema econômico como ordem natural que se expandiria e se desenvolveria fortemente desde que as restrições mercantilistas e feudais fossem eliminadas. O neoliberalismo vê o sistema econômico como uma ordem moral frágil que precisa ser protegida da democracia de massas, das políticas de bem-estar social e das aspirações socialistas. No primeiro caso, o Estado apenas precisava atuar apenas como ‘guarda-noturno’; no segundo, ele tem de se comportar como ‘promotor de mercado’. Na perspectiva neoliberal o mercado (na verdade, todo o sistema de operação do capital) torna-se um valor absoluto.

De qualquer modo, Harvey é levado então às seguintes questões evidentemente relevantes: De onde vem o neoliberalismo, por que ele prolifera avassaladoramente por todo o mundo, como explicar a sua emergência no final da década dos anos 70? Em síntese a sua resposta está contida na seguinte frase que aqui reproduzo:

“Gérard Duménil e Dominique Lévy, após cuidadosa reconstrução dos dados [estatísticos de repartição da renda], concluíram que a neoliberalização foi desde o início um projeto para obter a restauração do poder de classe”, em especial, da burguesia financeira. O neoliberalismo surge, pois, na esfera da política e, em particular, da política econômica como expressão de uma recomposição política da classe proprietária. Eis que o neoliberalismo é a ideologia que sucede o keynesianismo e traz consigo a “hegemonia da finança”.

O que entender por “hegemonia da finança”. Duménil e Lévy entendem por “finança” o “conjunto de indivíduos endinheirados e de instituições – indivíduos por trás das instituições – que detêm importantes capitais monetários e financeiros.” Por que “hegemonia”. Porque, dizem eles, “a finança fixa as regras do jogo econômico em matéria de renda, emprego e macroeconomia, e exerce o controle o seu próprio funcionamento”.

Esses autores partem da crise estrutural do capitalismo na década dos anos 70 e 80. A queda da taxa de lucro e a estagnação da acumulação suscitam a adoção de inovações tecnológicas, de gestão das empresas e no campo financeiro. As novas forças produtivas requerem, então, a reconfiguração das relações de produção, ainda no interior do próprio capitalismo. Eles enxergam, então, que se reforça o caráter social dos meios de produção. Ademais, para eles, as mudanças nas relações de produção – desregulação dos mercados de força de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos, a nova governança corporativa – têm impacto no amortecimento inicial da luta de classes que, entretanto, vai assumindo novas formas sem desaparecer jamais.

Em 1980, inicia-se – dizem – uma nova fase no desenvolvimento do capitalismo. O que caracteriza, sobretudo, essa nova fase vem a ser, no entender desses autores, uma mudança importante nas “prerrogativas da classe dirigente”. Afirmando eles:

“No período da repressão financeira (ou seja, no período keynesiano), o emprestador e o acionista apareciam, entre outros, como parceiros dos gestores..., ao lado dos assalariados e do Estado. Os gestores possuíam uma grande autonomia e sua atividade não era ditada pela maximização do valor acionário das firmas.”

O neoliberalismo – continuam eles – muda esse arranjo da classe dominante: 1) “reorienta a gestão em direção à maximização da taxa de lucro..., fazendo recuar as restrições que lhe haviam sido impostas... 2) restabelece as rendas (dividendos e juros) especificamente capitalistas; 3) reforça as desigualdades patrimoniais.”

A mudança estrutural ocorre sob uma nova hegemonia da finança e da ideologia neoliberal, mas, no entender desses autores, ela (ou seja, a mudança estrutural) tem um caráter mais permanente. “Seria errôneo” – dizem – “fazer do neoliberalismo a nova fase do capitalismo, ainda que as transformações enunciadas tenham-se produzido sob a hegemonia financeira”.

Divirjo dessa tese, porque creio que a explanação da emergência do neoliberalismo não deve começar pelas classes, mas sim, deve partir do evoluir da relação de capital em suas formas historicamente determinadas. É claro, entretanto, que as manifestações políticas – expressões dos interesses das classes – têm um papel central na difusão das ideologias e na implementação das medidas de administração econômica. Eis que começar pela repartição e pelas classes produz um erro típico da economia vulgar que consiste em fazer inferências sobre a natureza do sistema a partir da aparência. E isto foi mostrado suficientemente por Marx.

Lembro, por exemplo, que as relações de distribuição, tais como salário, lucro, renda da terra, a partir das quais se definem as classes em *O Capital*, são aí expressões das relações de produção. Essas relações são extensamente elucidadas nessa obra, antes que o autor possa tratar das relações de distribuição de um modo adequado. Ao fazê-lo, ele mostra também que o procedimento usual de fazer associação imediata daquelas formas dos rendimentos com as formas da propriedade produz ilusões. Cito o próprio Marx a esse respeito: “Finalmente chegamos às formas fenomenais, que servem de ponto de partida à

concepção vulgar: a renda da terra provém da terra, o lucro (juro) provém do capital e o salário vem do trabalho...”.

Harvey, Dumenil e Levy não caem exatamente nesse erro, mas compartilham do procedimento vulgar que consiste em fazer inferências sobre a natureza do sistema a partir de relações superficiais da circulação dos capitais. Assim, do fato inegável de que se observa no capitalismo contemporâneo uma profusão de transações financeiras, eles inferem a existência de uma “hegemonia da finança”, ou seja, que as frações que obtêm principalmente juros e dividendos dominam as frações da burguesia que se beneficiam principalmente de lucros.

Antes de expor o meu próprio pensamento, é importante mencionar aqui a contribuição de François Chesnais. Este autor, para analisar o capitalismo contemporâneo, também parte das mudanças estruturais iniciadas no fim da década dos anos 70. Abre-se, então, uma “etapa particular no estágio do imperialismo, compreendido este como a dominação interna e internacional do capital financeiro.” A sua análise, é evidente, remonta a tese clássica do começo do século XX, defendida por Lênin, segundo a qual o capitalismo havia entrado em seu último estágio de desenvolvimento e este seria caracterizado como “imperialismo”.

Chesnais, entretanto, faz uso de conceitos desenvolvidos pela escola da regulação e, para caracterizar essa nova fase, recorre à noção de “regime de acumulação”. Isto mostra que ele também parte das classes e da repartição para compreender o capitalismo contemporâneo. É preciso reconhecer, diz ele, que, na segunda metade do século XX, “as burguesias dedicaram-se a buscar diferentes maneiras de estabilizar o movimento de reprodução e de valorização do capital e, portanto, de assentar sua dominação.”

Assim, de 1950 a 1975, elas fizeram importantes concessões aos assalariados e às suas organizações com a finalidade de proporcionar certa tranquilidade nas relações trabalhistas e nas perspectivas macroeconômicas, considerada, então, necessária ao processo de reprodução ampliada do capital. Nesse período, o regime de acumulação caracterizou-se como de predominância do capital industrial. Com a crise, as burguesias são obrigadas a mudar o regime de acumulação e, agora, a predominância será financeira. Chesnais caracteriza, assim, essa transformação:

“No centro do [novo] regime de acumulação, que tenta impor-se mundialmente, situam-se as novas formas de concentração do capital-dinheiro (em primeiro lugar, os fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira).” A mundialização financeira – baseada em suas instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais e ancorada nos Estados dos países desenvolvidos –

“permite à finança desfrutar daquilo que se designa com o termo ‘autonomia da finança’, com o imenso poder social que essa autonomia lhe confere.” As burguesias, assim, tornam-se capazes de modificar a repartição da renda. “A mundialização financeira” – diz Chesnais – “possui, de modo evidente, a função de garantir a apropriação, em condições tão regulares e seguras quanto possível, das rendas financeiras – juros e dividendos – numa escala mundial”.

Chesnais endossa, então, a tese de Frederic Lordon segundo a qual “a bolha financeira deixou de ser uma aberração local, um desvio transitório, um parêntese no curso de uma dinâmica financeira consideravelmente razoável, para se tornar um caráter permanente do regime de acumulação financeirizado”. Em consequência, para ele, “não pode mais haver regime de crescimento sem bolha, sem a formação de um montante de capital fictício sem precedentes”.

A análise tem pontos interessantes, mas ela está assentada num erro: não se pode caracterizar o momento do capitalismo iniciado na década dos anos 80 pela dominação da burguesia financeira, a qual luta pelos juros e dividendos em relação à burguesia industrial (e os gerentes), que visa os lucros. Logo, é preciso começar de outro modo que não pelas classes; deve-se começar – penso – pelo próprio auto-movimento da relação de capital. Passo a apresentar, então, as minhas próprias idéias sobre o tema.

Para compreender a superação do keynesianismo na história do capitalismo, creio que é preciso observar que ele contraria até certo ponto uma necessidade absoluta do modo de produção capitalista, qual seja a da plena mobilidade do capital monetário no espaço econômico relevante. Era previsível – penso – que a chamada repressão financeira criada no pós-guerra para conter os conflitos imperialistas no espaço internacional e para amortecer as lutas de classe nos espaços nacionais, tendia ser suprimida com a própria expansão do capital.

É também evidente que crise econômica dos anos 70 forneceu a razão histórica para que as mudanças econômicas, sociais e políticas de cunho neoliberal fossem implementadas na forma de uma onda avassaladora que varreu o keynesianismo da proeminência na cena histórica. Eis, portanto, que para mim são as exigências do auto-movimento do capital que explicam as mudanças na repartição da renda e no poder econômico das classes – e não o contrário.

Também é evidente que a expansão financeira e a liberação financeira são fenômenos que ocorrem juntos no pós-guerra em virtude do desenvolvimento do capitalismo rumo ao aprofundamento do seu grau de mundialização. A criação do extraordinário mundo do capital fictício que inclui, também, em parte, o

próprio dinheiro fiduciário, vem a ser algo que se explica nesse processo. Para melhor compreender tudo isso, penso adicionalmente que é mais produtivo começar pelas transformações estruturais do capitalismo no pós-guerra.

Nessa linha, submeto à crítica novamente aqui a tese que tentei defender em outros textos de que se está na presença de um novo modo de produção no interior do modo de produção capitalista.

Marx distingue dois modos de produção em *O capital*: a manufatura (primeiro momento do modo de produção capitalista) e a grande indústria (segundo momento do modo de produção capitalista). A cooperação é entendida aqui, não como um modo de produção distinto, mas como característica geral do modo de produção capitalista que se apresenta sob muitas formas distintas. Ela está apresentada em *O Capital* segundo as características que assume na origem do modo de produção. Nos Grundrisse, por outro lado, ele aponta para um desenvolvimento da grande indústria que parece levar a uma transformação qualitativa possível no modo de produção:

“Mas à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado, do que da força das agências que são postas em movimento durante o tempo de trabalho.” Eis que a “powerful effectiveness [dessas agências] por sua vez não tem mais nenhuma relação como o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção, mas depende antes da situação geral da ciência, do progresso da tecnologia, ou da utilização da ciência na produção.”

Com Ruy Fausto, penso que essa nova forma possível tornou-se efetiva historicamente. Com esse autor ainda, chamo esse terceiro momento do modo produção capitalista de pós-grande indústria, acreditando que ele passou a existir no pós-guerra, havendo se configurado como tal, mais claramente, a partir da década dos anos 70.

Ao se pretender falar em um novo modo de produzir no interior do modo de produção capitalista, impõe-se antes de tudo caracterizá-lo adequadamente. E, certamente, os pontos chaves dessa diferenciação vêm a ser a forma de subsunção do trabalho ao capital e a constituição do valor como trabalho abstrato medido pelo tempo.

No que se refere ao primeiro ponto, julgo que se pode dizer com relativa segurança que Marx caracteriza a manufatura pela subsunção formal e a grande indústria pela subsunção real do trabalho ao capital. A subsunção vem a ser formal na manufatura devido à subordinação e inclusão da força de trabalho

como momento interno da relação de capital por meio da venda da força de trabalho ao capitalista, ou seja, por meio da relação contratual e jurídica de assalariamento. A subsunção restringe-se ao formal na manufatura, pois, aí se conserva ainda, em essência – ainda que cada vez mais parcelado –, o modo de trabalhar do artesanato, ou seja, há processo de trabalho, vigora o princípio subjetivo de divisão do trabalho na produção. “Composta ou simples” – diz Marx, por exemplo, em *O Capital* – “a execução continua artesanal e, portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento”.

Já na grande indústria a subsunção do trabalho ao capital torna-se real e, por isso, deve-se entender que além de formal vem a ser, agora, também material. Se a manufatura caracteriza-se pela constituição do órgão coletivo de trabalho – combinação e cooperação organizada de trabalhadores com as suas ferramentas sob o comando do capitalista –, a grande indústria caracteriza-se por ser uma organização do trabalho produzida e comandada pelo maquinismo sistêmico e mecânico da fábrica, por um grande autômato. Nesse modo de produção caracteristicamente capitalista, o trabalhador que antes era órgão funcional de um organismo complexo de produção de mercadorias, transforma-se agora, nas palavras de Marx, em “apêndice do sistema de máquinas”. O processo de produção deixa de estar adaptado ao trabalhador, ao seu modo específico de trabalhar, pois agora, ao contrário, o seu modo de trabalhar tem de estar adaptado ao processo de produção que passou a funcionar com uma lógica própria, resultado da aplicação técnica da mecânica, da química, etc.

O processo de trabalho enquanto tal é suprimido na grande indústria e em seu lugar se impõe a objetividade opressora do processo de produção comandado pelas máquinas. Enfim, o “princípio subjetivo da divisão [do trabalho] é suprimido na produção mecanizada” e em seu lugar é posto o “princípio objetivo da combinação de máquinas”, do automatismo maquinal. Desse modo, empregando palavras de Ure endossadas por Marx, pode-se dizer que o próprio autômato é o sujeito, que não é, pois, mero autômato, mas sobretudo autocrata. Desse modo, em consequência, os operários se tornam apenas peças conscientes engrenadas pelo maquinismo inconsciente que serve adequadamente à produção capitalista.

Como caracterizar a subsunção do trabalho ao capital na pós-grande indústria? Antes de tudo é preciso ver que na pós-grande indústria, a matéria por excelência do capital – ou seja, a matéria principal que dá suporte às suas formas – não é mais a máquina mecânica, o sistema de máquinas, mas vem a ser a inteligência coletiva que se concretiza por meio de sistemas cibernéticos de processamento de informação. Esses sistemas, verdadeiros autômatos espirituais, conjugam conhecimentos científicos e tecnológicos de homens e

máquinas em interação permanente, com a finalidade ainda de se apropriar sem limites, igualmente, tanto da natureza humana quanto da natureza não humana. Eles funcionam por meio de máquinas inteligentes e de servidores humanos que operam em redes, as quais se estendem não só internamente às empresas, mas também para fora, inserindo-se nas redes mundiais de comunicação.

Por tudo isso, foi sugerido que a subsunção do trabalho ao capital na pós-grande indústria fosse pensada ainda como real, já que está também regida por um princípio objetivo de organização da produção, não mais mecânico como na grande indústria, mas cibernético e informático. Nesse sentido, para diferenciá-la da subordinação real da grande indústria, caracterizou a forma mais avançada de dominação do capital como formal e espiritual, em oposição à última forma mencionada que denotou como subordinação formal e material (o termo material foi empregado aqui para apontar que sob essa forma o trabalhador é mero prolongamento do sistema de máquinas).

A subsunção do trabalho ao capital na pós-grande indústria foi caracterizada ainda como formal porque está ainda baseada na relação de assalariamento, a qual, aliás, vem a ser, como se sabe, condição permanente da produção capitalista. Ela foi dita intelectual para indicar que o trabalhador é servidor consciente e ativo do sistema. Creio que se pode entender este sistema como um sistema complexo totalizador que não apenas se repete monotonamente, mas que evolui e se inova permanentemente. Daí que o sistema de produção da pós-grande indústria seja chamado, às vezes, de flexível. Daí que o sistema como um todo se afigure como um autocrata global.

No que se refere à questão do valor, deve-se perguntar pelas condições estruturais nas quais os trabalhos concretos podem efetivamente se transformar “numa simples geléia de trabalho humano abstrato”. Quando a subsunção do trabalho ao capital é adequada para a formação do valor enquanto quantum de trabalho abstrato e socialmente necessário? Segundo Marx, apenas o modo de produção da grande indústria é especificamente capitalista. Somente aí, quando vigora o “princípio objetivo”, o capital pode controlar plenamente a atividade do trabalho e a dedicação de tempo de trabalho à produção de mercadorias.

Aquém e além da grande indústria há relativa inadequação da forma de subsunção ao capitalismo enquanto tal, pois num caso e no outro a subjetividade dos trabalhadores cria empecilhos para a homogeneização dos tempos de trabalho. Na manufatura vigora o princípio subjetivo de divisão do trabalho e, por isso, os trabalhadores controlam em boa medida a doação de seu tempo de trabalho. Na pós-grande indústria as atividades criadoras de riqueza real não podem mais ser medidas apenas pelo tempo, já que dependem também da

mobilização de conhecimentos, ciência e tecnologia, assim como do emprego de capacidade comunicativa, durante o tempo de trabalho.

Se alguns autores, falam aqui do valor-trabalho como categoria evanescente, julgo mais correto dizer que ocorre uma desmedida do valor no capitalismo contemporâneo. Mas o que significa, pois, precisamente, a desmedida do valor na pós-grande indústria? Não significa a abolição da medição do trabalho pelo tempo – que é algo intrínseco à relação de capital – mas sim que essa medida se torna inadequada enquanto medida da riqueza com o evoluir da produção capitalista.

Do conceito de pós-grande indústria, pois, chega-se diretamente às questões da desmedida do valor e da desregulação do capitalismo contemporâneo, das quais se derivam várias outras questões teóricas importantes. A elucidação dessas questões, por sua vez, vem a ser necessária para uma boa compreensão do capitalismo atual – ou seja, para o descobrimento de suas contradições, as quais, na leitura da dialética, encerram as possibilidades reais de transformação do sistema. Ainda que algumas dessas questões tenham sido tocadas em meu livro *Desmedida do Valor* – afinal ele foi escrito na perspectiva aqui exposta –, não se encontra aí – quero esclarecer – nem um desenvolvimento suficiente nem um desenvolvimento sistemático dos problemas postos por essa linha de investigação.

De qualquer modo, a retomada da temática do processo global da produção capitalista seria evidentemente aquela tarefa mais produtiva na geração de uma boa compreensão do capitalismo contemporâneo. A plethora de capital fictício, por exemplo, tornou-se necessária para o funcionamento do sistema em escala global, ainda que, é evidente, outro capitalismo também seja possível. Aqui, entretanto, quero mencionar uma relação intrínseca entre a pós-grande indústria e o capital financeiro.

Marx, no capítulo XXI do Livro Terceiro, diz que o dinheiro transformado em capital produz lucro e, assim, adquire um novo valor de uso, a capacidade de funcionar como capital. Eis que “nessa forma de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria”. Eis que essa forma, entretanto, distingue-se de outra em que o dinheiro como capital participa da metamorfose das mercadorias, no movimento $D - M - D'$. E, nesse caso, “o capital, no processo de circulação, funciona como capital-mercadoria e capital monetário. Mas, em ambas as formas, não é o capital como tal que se torna mercadoria”. Dito de outro modo, Marx faz distinção entre o capital como conteúdo do capital monetário, do capital produtivo e do capital-mercadoria e o capital como mercadoria.

Considere-se, agora, o circuito entendido $D - D - M... P... M - D' - D'$ que inclui essas duas formas de capital. Veja-se que o dinheiro como capital está excluído das metamorfoses e da reprodução do capital no momento inicial, ou seja, no momento $D - D$, porque nesse momento ele próprio atua aí como mercadoria. É evidente, entretanto, que o dinheiro como capital depois do primeiro movimento, já nas mãos do capitalista envolvido com a produção, passa a atuar como momento do capital industrial.

Ao ir das mãos do capitalista financeiro para o capitalista em função o capital adquire a forma de mercadoria. Trata-se, aqui, pois, de uma mercadoria especial que não pode ser comprada e vendida e que, por isso, requer a forma de mercadoria dada em empréstimo. A essa forma é inerente a aparência – aparência que não é subjetiva, mas participação efetiva na própria realidade – segundo a qual o capital portador de juros é autônomo e se valoriza na esfera financeira. Marx diz explicitamente que o retorno do capital a juro é externo ao ciclo mediador do retorno, mas isto significa que se trata em efetivo de uma operação externa que pressupõe justamente a penetração posterior do capital-dinheiro no ciclo $D - M - D'$. É nesse ponto – penso – que a história recente do capitalismo vem oferecer uma novidade conceitual já que o capital a juros vem deixando de permanecer externo à produção.

O capital portador de juros é uma forma do capital que lhe é inerente e que sempre existiu na história do capitalismo. Entretanto, é preciso ver que o capital portador de juros atua hoje de um modo que não se não é em si mesmo novo, mostra-se excepcional porque penetra de modo extenso na própria esfera da produção. E isto ocorre por razões estruturais, ou seja, em face da emergência em larga escala da ciência-capital e do conhecimento-capital. Por exemplo, a Microsoft, que é a empresa símbolo do capitalismo contemporâneo, não vende mercadoria, pois vende apenas licenças de uso de seus produtos. Mas esses produtos são mercadorias, tal como diz Marx, *sui generis*. Elas recebem a forma de capital como mercadoria. Assim, a Microsoft – e isso parece ser algo que tem uma tendência a se generalizar – opera no circuito $D - D'$, tal como uma empresa típica que aluga dinheiro, sem deixar de se envolver também com a produção de mercadorias. E essa afirmação se justifica, já que, lembrando Marx, “todo capital emprestado... é sempre uma forma particular do capital monetário”. Não se trata hoje, pois, de dominância do capital financeiro sobre o capital atrelado à produção de mercadorias, mas de predominância da forma financeira do capital, ou seja, da forma “capital portador de juros”. E a emergência dessa predominância está ligada a uma transformação estrutural do capitalismo ou, mais especificamente, do próprio modo de produção – e não do regime de acumulação como defende, por exemplo, Chesnais.